

QUESTIONAMENTO 03

1) Devido a uma grande quantidade de municípios não possuir transporte público regulamentado, podemos utilizar nestes casos o valor da tarifa de vale transporte praticada em Salvador - BA?

RESPOSTA: Cabe ao licitante observar as condições de fornecimento de condições adequadas para o transporte dos empregados e observar o que estabelece a Convenção Coletiva da categoria para esses casos, assim como por ser um item gerenciável pela empresa, é de responsabilidade da contratada garantir o deslocamento do seu funcionário entre a sua residência e o local do trabalho e viceversa.

2) As empresas que não cortarem o valor da tarifa de transporte para cada município de forma idêntica ao considerado para definição do orçamento estimado, serão desclassificadas?

RESPOSTA: Cabe a empresa observar a legislação, a convenção coletiva e as condições adequadas para o fornecimento do vale transporte entre residência e o local do trabalho e vice-versa, assim como trata-se de um item gerenciável.

3) Qual parâmetro será utilizado para avaliação dos valores de transporte cotados pelas empresas?

RESPOSTA: No que se refere à cotação do vale transporte, a responsabilidade sobre a elaboração da proposta escrita de preços, e conseqüentemente sobre a elaboração da planilha descritiva de custos, é exclusivamente da licitante.

4) Todos os postos na escala 12x36 horas receberam pagamento do benefício intervalo intrajornada?

RESPOSTA: Sim.

5) É necessário o fornecimento de rádio de comunicação para algum dos postos? Se sim qual a quantidade?

RESPOSTA: Não há exigência no edital para o fornecimento de Rádios de Comunicação e/ou outro equipamento.

Entretanto, poderá a contratada valer-se do referido equipamento, com o intuito de proporcionar uma melhor e mais eficiente a execução e operacionalização dos serviços.

No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

Precedentemente à elaboração da proposta, a licitante deverá observar as cláusulas e disposições deste edital, de seus apensos e anexos, especialmente as constantes do

PREGÃO ELETRÔNICO DPE-BAHIA Nº 11/2022- Registro de Preços de Vigilância e Segurança Patrimonial para a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

QUESTIONAMENTO 03

instrumento de contrato e as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento supervenientemente, não cabendo qualquer pedido de acréscimos ou revisões por omissão ou erro.

5) É necessário o fornecimento de detector de metais portátil para algum dos postos? Se sim qual a quantidade?

RESPOSTA: Não há exigência no edital para tal fornecimento do equipamento.

Entretanto, poderá a contratada valer-se do referido equipamento, com o intuito de proporcionar uma melhor e mais eficiente a execução e operacionalização dos serviços.

Precedentemente à elaboração da proposta, a licitante deverá observar as cláusulas e disposições deste edital, de seus apensos e anexos, especialmente as constantes do instrumento de contrato e as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento supervenientemente, não cabendo qualquer pedido de acréscimos ou revisões por omissão ou erro.

6) O fardamento de todos os postos é convencional ou algum deles utilizará terno?

RESPOSTA: O fardamento encontra-se com previsão no item 5.1.7 e 5.3.1. do Termo de Referência do Edital, assim como na cláusula sétima da minuta do contrato.

7) Será obrigatório o fornecimento de máscaras contra covid e álcool gel?

RESPOSTA: A empresa deve observar as normas coletivas vigentes e a legislação trabalhista em vigor, assim como as regras previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal que tratam da proteção a vida e a saúde dos seus respectivos empregados, assim como as recomendações que porventura surgirem dos organismos de saúde.

Estamos a disposição para os esclarecimentos e/ou informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

**Comissão Permanente de Licitação
Defensoria Pública do Estado da Bahia.**